



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 227 - DE 12 A 26 DE NOVEMBO DE 2001- R\$ 1,00

Fora a guerra imperialista

Barrar o genocídio contra o povo afegão

Derrotar a ofensiva imperialista

dos Estados Unidos e seus aliados

Construir a Frente Única Antiimperialista

**FHC prepara ataque aos
direitos trabalhistas.**

Abaixo as reformas neoliberais.

**VOLKS DEMITE 3 MIL DE UMA SÓ VEZ.
CONTRA AS DEMISSÕES E O ARROCHO:
UNIDADE NACIONAL GREVISTA**

**Abaixo a burocracia sindical e
seus acordos de redução salarial**

**Crise avança na Argentina.
Eleições têm grande índice
de votos nulos e brancos.**

Quinzena do Movimento Operário

Abaixo os principais acontecimentos

Volks demite 3 mil metalúrgicos por carta em fábrica do ABC

A Volkswagen cumpriu a ameaça e anunciou dia 8 a demissão de 3 mil dos 16 mil trabalhadores na fábrica de São Bernardo. Os empregados foram comunicados por carta, já que estão em licença remunerada, e orientados a comparecer segunda-feira na empresa. Os demais funcionários também receberam carta, assinada pelo presidente da Volks, pedindo colaboração. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC convocou todos os trabalhadores, demitidos ou não, a irem à porta da fábrica na próxima segunda.

O problema é que a direção do sindicato já manifestou sua intenção de negociar a redução salarial e as demissões. Trata-se de reagir contra qualquer colaboração com a patronal.

Funcionários da Sabesp cruzam os braços por prêmio de PLR

Trabalhadores de 366 postos da Sabesp em todo o Estado de São Paulo entraram dia 8 em greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada após o impasse nas negociações sobre o pagamento da participação nos lucros e resultados (PLR), previsto para o final de setembro. Mas a direção estalinista já coloca que será uma greve de pressão, pois a paralisação não afetará os serviços essenciais à população e serão atendidos os casos emergenciais.

Aeroviários e aeronautas preparam protesto

Os aeroviários e aeronautas ligados à CUT farão manifestações contra a posição dos patrões, que se negam a conceder reajustes salariais. A data-base da categoria é 1º de dezembro. Os trabalhadores reivindicam 20% e os empresários não fizeram contraproposta.

Os atos serão realizados nos aeroportos de Guarulhos, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio. Tudo indica que serão inócuos pois pretendem acender velas na parte externa dos aeroportos. A ale-

gação da direção é que "Será para iluminar as cabeças dos empresários e integrantes do governo para tomar as decisões certas". Com este argumento, já podemos prever o desencadear do movimento: ou os trabalhadores passam por cima da direção procurando organizar uma mobilização conjunta a nível nacional e que procure se unificar aos outros trabalhadores em luta ou perderão seus empregos.

Os números já estão crescendo: a Transbrasil demitiu mais de mil aeroviários nos últimos oito meses, não paga os direitos dos demitidos (quando o faz utiliza de cheques sem fundos), atrasa os salários dos funcionários e não paga horas-extras. A Varig pode aumentar o corte de pessoal de 1.700 para 3.200 empregados.

TRT julga greve na Gazeta Mercantil não-abusiva

Os jornalistas da Gazeta Mercantil retornam hoje ao trabalho após 24 dias em greve em protesto contra o atraso no pagamento de salários e concessão de benefícios. A paralisação foi considerada não-abusiva. O Tribunal concedeu 60 dias de estabilidade para os trabalhadores e determinou pagamento dos dias parados.

Segundo os grevistas, a reestruturação anunciada pela empresa — que inclui fechamento, entre outras decisões, de oito das 17 diretorias regionais — provocou a demissão de 380 funcionários, dos quais 108 jornalistas. A direção da empresa informou que vai recorrer da decisão do TRT.

Força Sindical fecha acordo com fábricas do Grupo 9

O Grupo 9 ofereceu reajuste de 7,8% aos metalúrgicos da Força Sindical, o acordo é semelhante ao firmado com o setor de autopeças. Juntos, os dois setores representam 80% da categoria nas bases da Força no Estado. O Grupo 9 é composto pelas indústrias de máquinas, trefilação de metais, eletroeletrônicos, entre outros.

Os metalúrgicos do Grupo 9 vão receber o reajuste de 7,8% a partir de 1º de janeiro. O aumento será pago para a fai-

xa de até R\$ 1.980 (o salário médio nesta área é R\$ 900), acima desse valor, o acordo prevê a livre negociação, isto é, sem a interferência do sindicato. Os trabalhadores terão abono de 11%, a ser pago até 10 de dezembro. Um segundo abono, de 10%, será pago até 10 de fevereiro.

Justiça garante pagamento de salário a grevista da Previdência

Os previdenciários e servidores federais da Saúde — que estão em greve há 94 dias — conseguiram dia 8 na Justiça o direito ao pagamento do salário de outubro, que deveria ter sido feito na segunda-feira e foi suspenso pelo Governo. Eles estão em greve desde o dia 8 de agosto.

Professores federais

A situação dos professores das universidades federais ainda é incerta. A categoria, que está em greve desde o dia 22 de agosto, quer a intermediação do Fernando Henrique Cardoso nas negociações com o Ministério da Educação.

A paralisação interrompeu as aulas em 52 universidades federais no País, atingindo 470 mil alunos. Outros 170 mil estudantes do segundo grau correm o risco de não ingressar nas universidades diante da ameaça de cancelamento dos vestibulares por causa do impasse nas negociações.

A pressão para que FHC seja o intermediário não passa de uma enrolação. Isso porque ele é o responsável pela situação das universidades federais. A negligência das direções em radicalizar a luta num amplo movimento nacional é a responsável pela situação. É necessário no calor da luta derrubar esta direção e avançar rumo a uma greve geral contra o plano de fome de FHC.

Comissão retoma negociação com BB

O Banco do Brasil e a comissão de empresa, que representa os funcionários, retomaram negociações ontem. A proposta inicial do BB — abono de um salário bruto e cesta alimentação de R\$ 80 — foi rejeita-

da. Os trabalhadores querem 8,3% de reajuste na data-base (1º de setembro), abono mínimo de R\$ 1.500 e a cesta-alimentação de R\$ 80, entre outros itens.

Desde o início do Plano Real, a política dos bancos públicos tem sido a de evitar reajustes para não aumentar custos fixos, optando por abonos. Com isso, apenas no BB, as perdas já chegariam a 64%, segundo os sindicalistas.

Greve dos Professores do Município de Fortaleza

Em seu 13 dia de greve, os professores da rede municipal de ensino realizaram na tarde do dia 8 uma assembléia de avaliação do movimento. Segundo o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (Sindiute), cerca de 70% dos professores aderiram à greve. Os professores em estágio probatório (recém-contratados pela Prefeitura) fazem parte da parcela que está receosa em aderir ao movimento, temendo perder o seu emprego.

Durante a assembléia foi aprovada uma carta aberta dos professores ao pre-

feito de Fortaleza e aos vereadores que o apóiam. A carta fala da ameaça da Prefeitura em acabar com conquistas históricas do Estatuto do Magistério. O documento deverá ser publicado na imprensa. A questão é a direção burocrática que se nega unificar o movimento. A crise do ensino é uma questão nacional. Existe a necessidade de fazer uma mobilização nacional tanto do magistério municipal, como do estadual e do federal. O isolamento das lutas faz com que estas não consigam responder ao ataque governamental. As direções utilizam este

A “Federação Metalúrgica Democrática e Combativa”

Foi realizado, em Campinas, um congresso para a criação da Federação Metalúrgica Democrática e Combativa. Participaram as correntes: ASS (Democracia Socialista, ex-CUT pela base), Articulação de Esquerda e PSTU. Contou com a participação de direções dos sindicatos metalúrgicos de Campinas, São José dos Campos, Limeira, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, onde essas correntes dirigem. O congresso aprovou um documento político de fundação da Federação.

O documento critica a direção nacional no que refere à criação do Sindicato Nacional orgânico da CUT, usando o argumento de que concentrará o poder de decisão na direção nacional da entidade e, eliminando, assim, a soberania das assembléias. Diz que a Articulação metalúrgica iniciará a transformação da Confederação Nacional Metalúrgica em Sindicato Nacional, onde os sindicatos de base seriam filiados. Critica a Confederação por ser omissa e priorizar a formação/qualificação profissional, com recursos do FAT. Por sua vez, também critica a Federação Estadual Metalúrgica da CUT (SP) que na campanha salarial aceitou a redução de direitos trabalhistas. Por fim, afirma que a CUT privilegia a ação institucional, a parceria, abandonando a perspectiva classista e socialista. E que as lutas não podem ser subordinadas ao calendário eleitoral (2002), não podem estar voltadas ao seu enfraquecimento para facilitar a vitória da oposição nas eleições.

Nossa caracterização sobre o problema

A CUT foi totalmente desfigurada

pela burocratização de sua direção. Uma Central Sindical tem de ser o estado-maior de unificação da luta da classe operária e demais oprimidos. O que se passa é o inverso. A CUT fortaleceu o corporativismo, ampliou as tendências burocráticas, que tendem a se manifestar em formas organizativas. A criação de Confederações, federações etc são expressões organizativas do avanço da burocratização da Central.

O Sindicato Nacional orgânico é uma criatura da burocracia, que necessita de maior controle administrativo dos inúmeros sindicatos cutistas. O Sindicato orgânico não é, portanto, um instrumento de unificação dos trabalhadores. Trata-se de uma manobra da burocracia reformista/petista (Articulação) para exercer o pleno poder sobre os sindicatos vinculados à CUT.

O combate à burocratização da CUT e à criação do Sindicato orgânico não se dá através da fundação de outro instrumento, como a federação. O que demonstra ser uma divisão inter-burocrática no seio da Central. De um lado a Articulação e, de outro, os setores que estão sendo alijados do poder de decisão, particularmente das finanças. Na verdade, trata-se de uma disputa inter-burocrática.

Os argumentos de crítica à política da CUT, expostos pela oposição, não se sustentam. Isso porque a direção da CUT implementa a política do reformismo petista (ações institucionais, parcerias, negociações tripartites entre governos, patrões e central, não enfrentamento ao plano pró-imperialista do

governo/FMI, não unificação das lutas etc). E a maioria dos setores oposicionistas também defendem o programa reformista do PT (ASS, Articulação de Esquerda). O PSTU tem apoiado eleitoralmente o reformismo. Portanto, a federação que nasce padece de uma contradição: submissão das correntes de esquerda ao PT. Essas correntes são tributárias do reformismo.

A federação não nasce defendendo o programa revolucionário contra o programa reformista. Nasce da disputa aparelhista. Isso porque o sindicato orgânico liquida o pequeno poder que possuem esses setores no interior da CUT. Se é verdade que alguns pontos do documento dessa federação são progressistas (em comparação ao da Articulação) não se contrapõem de conjunto à linha política da CUT. Não se contrapõem à estratégia do governo democrático e popular do reformismo e a integração da CUT ao aparelho do Estado.

O principal problema está na luta pela derrota de uma direção pró-burguesa da Central. E esta necessariamente passará pela construção das frações revolucionárias, dotadas do programa proletário, no seio da classe operária. A centralização burocrática é uma necessidade da direção reformista diante da crise do capitalismo e da impossibilidade de se obter reformas em favor das massas trabalhadoras. Por isso, não há que se apoiar em manobras para combater o burocratismo da CUT. Nossa tarefa é a de construir as frações proletárias a partir dos locais de trabalho.

Volkswagen

A multinacional alemã ataca fundo

Quem achava que a Volks e o sindicato, logo após uma campanha salarial sem nenhum vigor, chegassem a um acordo que reduzisse o impacto das medidas de redução salarial e demissões, logo viu que era ilusão. O sindicato metalúrgico atuou para que a campanha salarial não colocasse no centro da luta o desemprego e as demissões que já se previam. A burocracia esperava que, com seu gesto colaboracionista, contaria com a complacência da multinacional e pudesse encontrar uma saída para o objetivo de demissão em massa e achatamento de salário.

A empresa aguardou o fechamento da campanha salarial, que envolvia o conjunto dos metalúrgicos do ABCD, ofereceu pura reposição de 7,5%, e imediatamente exigiu que o sindicato aceitasse seu plano de redução da jornada para 4 dias, redução de 15% nos salários, introdução do salário diferenciado, rotatividade de 6% da mão de obra ao ano, contratando novos operários com salários mais baixos (30% menor), ampliação da terceirização, portanto com redução salarial, e um plano enxugamento da força de trabalho, que inicialmente contaria com 3 mil demissões pelo sistema PDV e que, por fim, chegaria a mais 3 mil, portanto, de 16 mil operários, a fábrica ficaria com apenas 10 mil.

Trata-se de um ataque brutal.

Evidentemente, a direção sindical não poderia aceitar, seria levar seu colaboracionismo ao ponto de deixar claro aos trabalhadores seu papel traidor. Os burocratas querem chegar a um ponto intermediário: menor demissão, menor achatamento salarial e menor taxa de rotatividade. É bem provável que os capitalistas alemães colocaram por inteiro seu pacote para levar o sindicado à mesa de negociação com a coleira no pescoço. Mas não se pode duvidar de que o choque da racionalidade capitalista tem de ser violento.

A posição do sindicato de aceitar os cortes, desde que sejam menores, é colaboracionista e deve ser combatida pelos metalúrgicos. Caso contrário, arcarão com desemprego, redução salarial e maior exigência de produtividade.

Rechaçar integralmente o pacote

Para a multinacional, o critério de competitividade e lucratividade exigem o violento choque. Para a burocracia sindical, o choque deve ser amenizado.

Para uma verdadeira política operária de defesa da vida dos assalariados, o choque deve ser totalmente rechaçado. Não se negocia desemprego, nem redução salarial, nem destruição de conquistas trabalhistas. Esta é uma posição de classe contra a exploração e os efeitos da crise capitalista.

Mas, para a burocracia sindical, tudo é negociável, de forma a fazer o máximo de concessão que não coloque os trabalhadores em pé de guerra contra a própria direção colaboracionista.

A atitude do chefe da multinacional, o alemão Herbert Demel, de impor a licença remunerada e enviar às casas dos operários a carta de demissão foi uma clara provocação. Mais do que isso: foi uma demonstração de prepotência diante dos trabalhadores e do sindicato. O que levou Luiz Marinho a dizer que "se a empresa quer briga, terá briga".

Na verdade, a guerra da Volks foi declarada antes da própria campanha salarial quando anunciou que pretendia o enxugamento. É que Marinho esperava negociar o pacote. Mas a Volks está determinada a ir fundo no choque. As mãos de Herbert Demel está sendo guiada por critérios capitalistas de defesa da lucratividade e disputa de mercado com seus concorrentes, numa condição de superprodução mundial. Que se lasquem os operários e suas famílias. Essa é a determinação da matriz alemã, que é parte do capital imperialista, que suga riquezas em todo mundo.

Está aí por que a linha da burocracia de amortecer o choque está fadada ao fracasso e ajuda os capitalistas a derrotarem a resistência operária. Desde que a Volks decretou sua guerra, havia de se organizar a luta e a campanha salarial foi um bom momento perdido. Agora, é preciso recuperá-lo.

Para isso, os trabalhadores terão de dizer: **1) não ao pacote de desemprego e rebaixamento salarial; 2) nenhuma demissão, nenhum rebaixamento salarial; 3) redução da jornada, sem reduzir os salários; 4) fim da aplicação das medidas patronais de flexibilização do trabalho.**

É preciso alcançar a unidade proletária

Para derrotar a guerra da Volks, está colocada a defesa do emprego e salário para o conjunto da classe operária. Os trabalhadores da Volks terão de partir

para a greve com ocupação de fábrica, colocando-a sob seu controle.

Em Taubaté, o sindicato anunciou que fará a ocupação caso a multinacional aplique seu plano. O mesmo deve ser colocado em São Bernardo. Mas para vencer é necessário que o sindicato convoque todos os metalúrgicos à luta e que a CUT estenda o combate ao conjunto da classe operária. A unidade política e organizativa do proletariado contra o ataque dos capitalistas e seu governo, que promove a destruição da legislação trabalhista no que tem de proteção aos assalariados, é a arma indispensável.

A burocracia sindical é corporativista, isola os casos, divide o movimento e procura negociar caso a caso. O que enfraquece a força coletiva da classe operária e a deixa à mercê das decisões dos exploradores. Usa-se o argumento patronal de que cada caso é um caso e que não se pode radicalizar quando os patrões estão fortes. Recorre-se à chamada proposta alternativa, que no caso aceita demissão, rebaixamento salarial ou flexibilidade na jornada. Não se enfrenta de fato o desemprego, a exploração e a miséria da maioria trabalhadora.

É claro que a tática de luta a ser aplicada de acordo com a situação deve ser adequada. No entanto, o princípio da tática operária, em qualquer circunstância, é de procurar sua unidade contra a unidade patronal. É esse o ponto de partida para se contrapor ao choque dos capitalistas.

Também é necessário abrir a discussão no interior da classe operária e de suas organizações sobre o controle operário da produção. Os capitalistas dizem que não há outra saída para a economia senão demitir, rebaixar salários e eliminar a proteção trabalhista. O governo, por sua vez, destrói na legislação toda e qualquer conquista social que dificulta o choque de desemprego e salário, com o argumento de "quebrar o gesso" trabalhista para assim crescer a economia e criar empregos.

Tudo falso. Ocorre que o capitalismo está em crise no mundo todo justamente devido a sua lei de exploração do trabalho e acumulação de capital. Portanto, o movimento operário não tem como enfrentar os choques como o da Volks sem lutar pelo controle operário da produção, que é o controle coletivo das fábricas.

Está colocado convocar a assembléia geral dos metalúrgicos, preparar a ocupação de fábrica e rechaçar integralmente o pacote.

Corrupção

PT acusado de corrupção no Rio Grande do Sul

A oposição direitista ao governo de Olívio Dutra acabou constituindo a almejada CPI da corrupção (CPI da Segurança Pública). A acusação é de que o PT recebeu contribuições do jogo do bicho. A prova está na fita de uma conversa gravada entre o ex-chefe de polícia Luiz Fernando Tubino e Diógenes Oliveira, influente na administração petista e responsável pelas campanhas de fundo eleitoral do partido junto ao empresariado.

Diógenes aconselhou o delegado a ser menos rigoroso com a banca do jogo de bicho. O ex-tesoureiro do PT, Jaime Carneiro dos Santos, demitido pelo partido devido à má prestação de contas, declarou inicialmente que a campanha de Olívio Dutra contou com 600 mil dos bicheiros.

O PT não admitiu a acusação. Diógenes de Oliveira assumiu que o governador Olívio não sabia de nada sobre sua recomendação ao delegado. E Jaime voltou atrás explicando que havia acusado o PT porque este o havia demitido do cargo de tesoureiro.

A direção estadual do partido tem procurado demonstrar que a tentativa de vincular o PT com a contravenção não passa de uma "armação" dos partidos oposicionistas, entre eles o PDT de Brizola, ex-aliado da Frente Brasil Popular. E por detrás da trama está a qualificada "banda podre da polícia", descontente com o governador pelo fato deste vir fazendo uma limpeza nas forças de segurança pública.

Internamente, o partido convocou a Comissão de Ética para julgar a atitude de Diógenes, renunciando sua expulsão. Em contra-ataque, os petistas querem que seja convocada uma CPI para investigar as finanças de todos os partidos.

No ato público de desagravo a Olívio, Lula esteve no Rio Grande do Sul para mostrar total confiança na administração petista considerada o exemplo dos exemplos de ética, cidadania, democracia e comprometimento popular. É com essa marca que Lula pretende disputar pela quarta vez a Presidência.

Os adversários atacaram uma das ci-

dadelas do PT mais bem fortificadas pelos qualificativos acima. Os petistas não puderam identificar a presença da aliança FHC por detrás da "armação" pelo fato do PDT ter se posicionado na linha de frente dos ataques.

A disputa eleitoral para governador no Rio Grande do Sul de 2002 está marcada pelo financiamento da campanha anterior. Os antigos aliados já não mais conseguem a "unidade democrática e popular" defendida pelo PT.

O PT acusa a banda podre da polícia.

A fita com a fala de Diógenes serviu à oposição para demonstrar que o PT recebeu dinheiro dos bicheiros e mais: seu governo os protege. Pouco serviu a declaração de Diógenes de que o conselho ao delegado foi iniciativa sua e não do governo. Nacionalmente, os escribas (jornalistas, políticos, acadêmicos) passaram a argumentar que o PT não é o santo que diz ser.

A tônica recai na explicação de que Diógenes não iria dar instrução ao delegado para não reprimir a banca de bicho sem o conhecimento de Olívio Dutra, pois, afinal, tratava-se de um homem de confiança do governador e profundamente envolvido na administração. Trata-se apenas de uma dedução lógica. Até o momento, a CPI não tem provas concretas do envolvimento de Olívio, para assim abrir o desejado processo de impeachment. A não ser a declaração do ex-chefe de polícia, Luiz F. Tubiano, que afirmou que a ordem dada por Diógenes partiu do governador.

Olívio responde: "Os interesses contrariados na máquina vinculada ao bandidismo, à arrogância, à apropriação privada de espaços públicos, os interesses ligados à banda podre e suas relações incestuosas com a contravenção computaram agora e estão nos chantageando via CPI, com uma oposição irracional, para tentar impedir nossa política de limpeza da área. (...) "A atitude de Diógenes é reprovável, reprovada, desautorizada. Ele não tinha autoridade para

tratar dessas questões. Não teve autorização de ninguém do governo." (Folha de São Paulo)

A defesa do capital ético do PT

José Genoíno procura mostrar que no PT há os "malvados", palavra substitutiva a corruptos, como em qualquer outro partido, para defender que as provas só atingem o Diógenes e que se trata de um acontecimento localizado. Diz: "Em todos os partidos há "justos e bons" e "malvados". O PT não foge a esta regra". É como se houvesse a "banda boa" e a "banda podre" em todo e qualquer partido.

Mas Genoíno não pára na identificação do PT com todos os demais partidos da burguesia quanto à existência dos "justos" e "malvados". Procura o que o diferencia. Ou seja, o PT não transige com os filiados acusados e "leva até as últimas conseqüências as apurações".

O prefeito petista de Porto Alegre diz algo semelhante: "O PT não é uma comunidade de anjos, e nenhuma comunidade é uma comunidade de anjos aqui na Terra". Com isso também quer dizer que há os podres no PT. Foi além na retórica: "O PT muitas vezes faz da questão ética e moral o centro da discussão, mas ela não deve ser o centro, deve ser a base. O fundamento da política deve ser ético e moral, mas a discussão exclusivamente ética e moral não deve ser o centro" (Folha SP)

É difícil entender o jogo de palavra do prefeito. Mas é possível que se refira a como o PT tem atacado os demais partidos da burguesia a cada escândalo de corrupção, desconsiderando que em todos existe a banda podre e que por isso não pode fazer da ética um instrumento de luta política (centro). É como se se descobrisse que o PT ao chegar à máquina do Estado fatalmente padeceria dos mesmos males dos demais partidos. Agora corre o risco de pagar com a mesma moeda aos ataques desfechados contra as administrações não petistas em que vem à tona a corrupção.

Os opositores, que sofreram do PT o
MASSAS — de 12 a 26 de novembro de 2001 — 5

uso da ética como arma de luta eleitoral, no dizer de Tarso Genro, a ética como centro da política, agora têm um trunfo contra a administração petista considerada a mais idônea. Como é que um de seus políticos tão conceituado, a ponto de ser o elo de ligação com os empresários, pôde recomendar a um delegado de polícia, considerado homem da banda podre, que amenizasse a pressão sobre os bicheiros?

O PT precisa dar uma resposta convincente a essa pergunta. Caso contrário, pensa a cúpula petista, o capital político obtido com a bandeira da ética, da moralidade e do combate à corrupção pode ser dilapidado por um episódio isolado, como no caso do Rio Grande do Sul. Mas o dilema é maior do que passa nos pampas. Os governadores do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, do Acre e de São Paulo estão sob fogo cerrado dos mesmos adversários eleitorais, acusados de irregularidades, desvios etc. A explicação de que há "anjos" e "demônios" em todos os partidos e que os bons não podem pagar pelos erros de alguns maus não livra suas administrações da corrupção e não pode sustentar a bandeira imaculada da ética.

O mais importante aspecto da corrupção

Rondônia

Posição do POR no Ato

A Consulta Popular convocou um "Ato Cultural Popular Socialista". Trata-se de um agrupamento com posições reformistas, que genericamente se posiciona pelo socialismo. O POR participou das reuniões preparatórias e divulgou uma posição de princípio se diferenciando da política desse organismo. Reproduzimos abaixo:

O Partido Revolucionário Operário é membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional. Defende a revolução e o internacionalismo proletário. Baseia-se no socialismo científico, isto é, no marxismo/leninismo/trotskismo e por compreender que a revolução na sua forma é nacional mas seu conteúdo é internacional e, por isso, defende o internacionalismo proletário. Combate os sociais reformadores burgueses e pequeno-burgueses, que tentam

O PT está em meio a uma disputa eleitoral de peso. As acusações de corrupção são parte dela. Não é possível a qualquer partido fazer parte da máquina estatal e da estrutura democrático burguesa (parlamento, eleições) sem fazer parte das relações mercantis e, portanto, partilhar de alguma das muitas formas de corrupção. Os partidos da ordem capitalista têm a função de manter o funcionamento do Estado a serviço do capital e contra a vida das massas. Tais partidos estão sob a influência da classe burguesa, expressando suas frações e administrando seus interesses, que incluem os da burguesia imperialista. Nenhum partido integrado ao Estado pode prescindir ou dispensar o apoio material e político dos grupos econômicos. Também agem poderosamente sobre eles as Igrejas, os homens ligados à polícia, exército, organizações culturais, imprensa etc. Todos atuam no sentido de que cumpra sua função de administrador do Estado capitalista, eivado de interesses da classe burguesa, de grupos, instituições e pessoas da ordem. Faz parte desta estrutura de poder a influência de organizações consideradas ilegais, da contravenção, inclusive o narcotráfico, tanto é que de vez em quando explode um caso de deputado, prefeito, vinculados à bandidagem. Lembremos de Hildebrando Paschoal cassado e preso por

mascarar as chagas da sociedade burguesa como a miséria, a fome, o desemprego em massa, colocando ilusões nas massas, como se remédios no capitalismo possibilitassem a solução de problemas. Só o socialismo resolverá esses problemas. No Brasil, o POR nasceu em fins da década de 80, combatendo a estratégia do reformismo petista, a impotência das correntes de esquerda centristas e as diversas manifestações do estalinismo, que representam uma trava para a construção do internacionalismo proletário, ou seja, o Partido Mundial da revolução.

Combate também aquelas correntes que se reivindicam defensoras da classe oprimida, mas se orgulham de ajudarem a burguesia a esconder delas a teoria marxista - única capaz de proporcionar aos oprimidos a estratégia (programa revolucionário) de combate ao opressor e

dez anos, acusado de traficante. Por mais que se considere um fato marginal, não se pode acobertar que no porão do Estado, da política burguesa e dos partidos da ordem povoa um mundo de organizações e relações ligadas ao parasitismo, ao mercantilismo, à bandidagem. Isso não quer dizer, por exemplo, que Olívio Dutra soubesse da cumplicidade de um de seus políticos importantes com o jogo do bicho. Mas, sem dúvida, explica por que a administração petista tida como a mais ética se vê envolvida na corrupção por intermédio de Diógenes. Nos bastidores da política burguesa e de seus partidos, todos sabem que a doação de dinheiro para as campanhas eleitorais são indispensáveis e vão de poderosos grupos econômicos ao narcotráfico. Na apuração da CPI, compareceram vários doadores do grande capital ao PT, como Marcopolo, Elegê Alimentos, Associação Gaúcha de Avicultura. E depuseram no sentido de reforçar a investigação da CPI de que o PT desviou as contribuições da finalidade acordada com os capitalistas doadores. A prova material da imersão do reformismo na corrupção não se circunscreve a um fato isolado, que poderia ser a atitude de Diógenes, mas se mostra por inteiro quando se revela dependente de doações do capital e de seu jogo no poder do Estado.

de destruição do capitalismo. Reconhece as experiências históricas do proletariado como a Comuna de Paris/1871, a Revolução Russa/1917 e demais experiências revolucionária em curso no mundo atual, como o processo de construção da revolução na Bolívia etc e como tal, é um partido/programa que segue as estratégias de lutas operárias de resistência à opressão de classe, tomando como referência a ação direta em todos os setores dos movimentos sociais.

Defende a aliança operária e camponesa, como estratégia para a construção da revolução social e estabelecimento do socialismo (governo operário e camponês - ditadura do proletariado), fase de transição para a sociedade sem classes - o comunismo, momento em que todos os problemas que afligem as massas estarão solucionados.

Ceará-Mirim

Cai por terra a demagogia do PSDB em Ceará-Mirim

A prefeita Ednólia Melo (PSDB) é fantoche na prefeitura do município de Ceará-Mirim. As decisões importantes são tomadas pelo senador Geraldo Melo e pelo deputado Pedro Melo. A administração está envolvida numa rede de intrigas e calúnias entre os grupos que disputam espaço na tentativa de assumir o governo municipal.

Os oportunistas eleitores tentam a todo o custo arrancar alguma vantagem antes de abandonar o barco da prefeita. Alguns vereadores ensaiam romper com a administração de Ednólia para não se comprometer perante a população. Temem perder votos com o comprometimento da falida administração do PSDB. Trata-se da disputa de camarilhas de politíqueiros que vivem às custas de favorecimentos políticos e econômicos. Nada tem a ver com a luta para pôr abaixo um governo municipal, que vem destruindo os serviços públicos e aplicando o plano neoliberal do PSDB/FMI.

Por outro lado, os trabalhadores sentem na pele os efeitos da política do PSDB. A prefeitura já disse que as escolas continuarão funcionando como estão. Não haverá reformas e nem construção de novas salas. Que nas escolas não faltam merenda e que é de boa qualidade. A creche continuará fechada porque não há dinheiro para o ensino infantil. A prefeita ainda não pagou os salários atrasados, do ano passado, aos trabalhadores da pré-escola. Os contratados estão com os salários atrasados há 4 meses. Em outras áreas, a situação é a mesma: sucateamento e salários arrojados. As promessas de campanha eleitoral foram esquecidas no dia seguinte. O povo que mora na zona rural vive na mais profunda miséria. A prefeita disse que colocaria os camponeses no miserável projeto de bolsa-renda, mas nada foi para frente.

A administração de Ednólia é a continuidade dos governos anteriores. O desemprego cresceu, a saúde e a educação públicas estão sucateadas. Além disso, promete privatizar o SAAE (serviço de águas e esgotos). Portanto, segue a mesma diretriz do plano de fome, miséria e destruição dos serviços públicos do governo FHC.

A população tem respondido com luta os ataques da prefeita

Recentemente, os trabalhadores da educação fizeram uma greve de enfrentamento contra o governo, que quebrou a intransigência da prefeita em não ceder uma migalha sequer aos grevistas. No dia 9 de novembro, o Fórum Contra a Opressão Social e Política (FCOSP) convocou uma paralisação municipal, seguida de ato público em protesto contra o apagão, o lixo, o desemprego, o sucateamento dos serviços públicos e a guerra imperialista.

Em resposta, a prefeita Ednólia Melo orientou todo o secretariado para convocar reuniões no dia e horário do ato. Todos os trabalhadores foram informados de que se faltassem às reuniões teriam descontos nos salários. Apesar a repressão, o ato contou com a adesão da maioria das escolas da cidade e do interior, com estudantes, trabalhadores da saúde, camponeses e da população em geral. A presença de 300 pessoas, num município extremamente pequeno, mostra bem a disposição de luta.

Os trabalhadores ocuparam a praça central da cidade, em frente à prefeitura. A prefeita mostrou logo suas garras. Chamou a polícia para reprimir o movimento.

O POR interveio denunciando a repressão instalada na cidade contra os movimentos sociais, afirmando que

essa repressão faz parte da democracia burguesa e, que, diante da crise econômica e social, a tendência é se aprofundar os métodos de ataque aos trabalhadores. Deixou claro que o apagão, lixo, desemprego, destruição da educação e saúde públicas e a guerra imperialista dos Estados Unidos contra o povo do Afeganistão são consequências de um sistema econômico em desagregação. Para os trabalhadores, a via para enfrentar os graves problemas que atingem em cheio a vida dos oprimidos é o da ação direta (greves, ocupações, manifestações e rua etc) e da unidade dos explorados em torno do programa operário da revolução social. A tarefa de constituir a frente única antiimperialista é um passo importante para aglutinar os trabalhadores sob a estratégia do proletariado.

A posição vergonhosa do PSTU e PT

No ato compareceu um grupo de oportunistas tentando participar ou se confundir com o FCOSP, tais como: o atual vice-prefeito (que saiu do PSDB e foi para o PFL), o antigo vice-prefeito e um vereador malufista (que se diz oposição). O Fórum, na reunião de organização do ato, discutiu a intenção do PFL em participar do Fórum. Nessa reunião o PSTU foi contra, juntamente com o POR.

Na hora do ato, acatando a proposta do PT, anunciou a presença do vereador do PPB. Disse que era apenas um anúncio de presença e que não iria falar na manifestação. O POR se posicionou contra. Isso porque as atividades do Fórum não estão abertas para os partidos burgueses, a exemplo desses que estavam rondando o ato. O Fórum é um organismo de combate ao governo e defesa das reivindicações dos trabalhadores, através do método da ação direta.

Destruição de mais direitos trabalhistas

O governo elaborou o projeto de lei (n.5483/01) retirando antigas conquistas dos trabalhadores e já enviou ao Congresso Nacional para sua aprovação. Trata-se da mudança do artigo 618 da CLT, que determina a aplicação desse artigo somente quando não houver acordo entre as partes (capital-trabalho). Permite “negociar” direitos trabalhistas como: férias, 13 salário, licença maternidade, descanso semanal remunerado, adicional de um terço das férias e fundo de garantia (FGTS).

Não se trata de uma medida isolada do governo. Desde a implantação do Plano Real, FHC vem retirando direitos constitucionais e impondo a chamada flexibilização da legislação trabalhista. O fim da aposentadoria por tempo de serviço, a aprovação do banco de horas (que foi regulamentado pelo governo em fevereiro de 1998), contrato por tempo determinado de trabalho (também de 98), redução dos encargos pagos pelos patrões, suspensão temporária do contrato de trabalho etc. fazem parte desse ataque brutal sobre as massas trabalhadoras.

As justificativas do governo, como é de esperar, são falsas. Diz que as alterações são necessárias devido: 1) ao fato da legislação do trabalho ser muito rígida, que a realidade política e econômica não é a mesma dos anos 40 e que é preciso modernizar; 2) a urgência de ampliar o “poder negocial” entre sindicatos e patrões, igualando a força coletiva dos trabalhadores com o poder de negociação do patronato; 3) reduzir a intervenção estatal (através da lei) nas relações coletivas de trabalho. Tais argumentos, na verdade, servem unicamente de motivo para descarregar o peso da crise econômica sobre os trabalhadores. As conquistas dos trabalhadores serão barganhadas entre sindicatos burocratizados e empresários e, nessa negociação, quem vence são sempre os que detêm os meios de produção. Por detrás disso, está a eliminação do ponto 7 da Constituição, que dispõe sobre o salário mínimo, seguro-desemprego, 13 terceiro, remuneração do trabalho noturno, forma de contratação etc. As medidas contidas no decreto 5483 serão carro-chefes para

atingir toda a legislação de direitos trabalhistas.

Ao contrário das justificativas governamentais, as conquistas dos trabalhadores que foram incorporadas na Constituição são pequenas e foram frutos das lutas grevistas desde a origem do movimento operário no Brasil. A CLT foi uma criação varguista, que tinha como objetivo amortecer a luta dos explorados através do colaboracionismo de classes. A incorporação das reivindicações operárias, na CLT, não foi dádiva do governo ao proletariado. O governo cedeu a alguns direitos trabalhistas, porém impôs a “lei de sindicalização”, que intervinha diretamente nos sindicatos, só reconhecia aqueles autorizados pelo Ministério do Trabalho e reprimia aqueles que não cumpriam essa legislação como forma de conter a luta dos operários. Portanto, as medidas que interessam aos trabalhadores, que fazem parte do ponto 7 da Constituição, foram conquistadas no embate grevista contra o patronato, que reduzia salário, ampliava a superexploração do trabalho (jornada de 16 horas, por exemplo), não pagava o descanso semanal e férias etc. Por isso, a defesa dessas medidas, que estão sendo hoje arrancadas, é a defesa da luta histórica da classe operária contra a burguesia e seu governo.

Flexibilização de direitos trabalhistas é mais fome e miséria para os trabalhadores

A destruição das conquistas sociais constitui um dos pilares do Plano neoliberal. Juntamente com o congelamento salarial, quebra de Previdência estatal e a manutenção do salário mínimo de fome, a reforma trabalhista de FHC é um mecanismo para proteger os capitalistas e despejar a crise sobre a maioria trabalhadora. A flexibilização dos direitos trabalhistas é um dos artifícios governamentais para não fazer valer o artigo 7 da Constituição. Para isso, usará a burocracia sindical como negociadora da tal flexibilização. O que quer dizer que o mantém no papel mas na prática vale o que foi acordado. Por exemplo: as férias são de 30 dias, porém é possível fa-

zer o “acordo” para 20; a obrigatoriedade de pagar o 13 permanece, mas poderá ser parcelado durante todo o ano; o mesmo ocorrerá com a licença maternidade. Fica, assim, aberto o caminho para logo mais ser eliminado definitivamente da lei trabalhista.

Os capitalistas e seu governo atuam para reduzir ao máximo o chamado “custo da mão-de-obra. As campanhas ideológicas sobre o elevado custo para os patrões dos encargos trabalhistas são usadas para impulsionar as demissões, a contratação por tempo determinado (trabalho temporário), a terceirização, o contrato sem carteira assinada, o arrocho salarial e a redução da jornada com redução de salário.

As consequências desse ataque sobre a vida das massas assalariadas são violentos. A terceirização já possibilitou reduzir em 33%, em dólar, o custo da mão-de-obra para a classe capitalista. Os operários foram demitidos das fábricas e, uma parte, foi contratada com salários mais baixos e sem nenhum vínculo empregatício. A campanha burguesa de que a redução do custo dos encargos possibilitaria a criação de mais empregos se desfez no mesmo segundo. O trabalho com vínculo empregatício está sendo substituído pelo informal. Hoje, mais da metade dos assalariados, em São Paulo, Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, não têm carteira assinada. O desemprego cresceu, os patrões acabaram com milhões de postos de trabalho e impuseram 9% de redução salarial na indústria (de 1995 a 2000).

Está aí por que a flexibilização dos direitos trabalhistas não resultará em mais emprego e salário, como divulga o governo. Tem a ver sim com a lucratividade dos capitalistas, que diante da crise econômica, protegem seus lucros às custas de mais sangria das massas trabalhadoras.

A burocracia sindical diante da flexibilização do trabalho

A Força Sindical está envolvida até os ossos com a aplicação do Plano neoliberal. Diante do projeto lei de cortes de direitos trabalhistas, o secretário-geral (o

Juruma) disse que teriam de ser mais amplas. E sugere mais duas medidas: 1) o contrato coletivo nacional articulado, ou seja, contratos por ramos de produção. Um acordo de flexibilização de direito valeria para todas as empresas do ramo. Quer assim que o governo vá mais a fundo; 2) a criação dos delegados sindicais nas empresas. Ao invés de comissões eleitas nas fábricas, quer instituir os delegados sindicais (burocratas consentidos pela lei), fiscais do cumprimento do acordo de flexibilização entre o sindicato e a patronal. E sua tarefa é "acionar a Justiça" caso o patrão não cumpra o acordo estabelecido. Não diz nada sobre o ataque às conquistas sociais. Ao contrário, trouxe o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, para o sindicato metalúrgico de SP (principal base de sustentação da Força Sindical) para defender a política neoliberal.

A CUT se posicionou, em palavras, contrária às medidas governamentais. Em torno de medidas concretas do governo, a CUT não fez senão entrar na discussão de como gerar emprego. Disse que "a desregulamentação do trabalho não é o caminho para preservar o emprego e criar as condições da retomada do crescimento". E que "a questão do crescimento quanto da manutenção da alta taxa de desemprego e de informalidade são de natureza monetária e tributária. Devem-se à ausência de políticas industriais, tecnológicas, agrícolas e agrárias e de desenvolvimento regional". Acabou se enrolando na discussão sobre o que é preciso para gerar emprego e se omitindo na tarefa de organizar um movimento a partir dos locais de trabalho contra o governo.

Não se trata de encontrar argumentos contra a absurda alegação do governo de que com a destruição das conquistas trabalhistas é possível mais emprego. O fato é que o capitalismo vem destruindo continuamente postos de trabalho no mundo inteiro. Como a burocracia reformista se apóia no falso pressuposto de que a crise é pura consequência de políticas econômicas e não de expressão das leis de funcionamento do capitalismo, procura iludir os trabalhadores com a ideia de um "modelo econômico alternativo". Não é o caso de enfrentar os ataques dos burgueses contra a vida dos trabalhadores por meio da luta de classes. Uma vez que não se trata

de lutar para derrubar o plano de fome e desemprego do governo pela via da ação direta, revolucionária, o caminho é o de fazer oposição de argumentos ao governo para se servir deles na disputa eleitoral do PT. Não por acaso, a burocracia cutista está envolvida até os ossos com a política do reformismo petista, que faz demagogia com o chamado modelo alternativo de desenvolvimento, iludindo as massas com promessas de crescimento econômico, fim da miséria, empregos etc.

A burocracia cutista já negocia a destruição de direitos trabalhistas

Desde a implantação do Plano Real que a burocracia sindical vem fazendo acordos de redução de conquistas sociais. Não vamos nos ater à Força Sindical porque está apoiando integralmente o plano do governo.

A reposição e reajustes salariais foram abandonadas por vários anos pela burocracia da CUT, com o argumento de que poderia ativar a inflação. O fim da aposentadoria por tempo de serviço foi imposta após as negociações com as direções corrompidas, entre elas Vicentinho. O governo se aproveitou para diminuir a possibilidade do trabalhador se aposentar.

Os capitalistas pressionaram as direções sindicais para os acordos de flexibilização de jornada e contratação por tempo determinado, em nome do combate ao desemprego. Em 1995, o Sindicato Metalúrgico do ABC assinou com a Ford a criação do banco de horas (fim das horas-extras remuneradas e o acúmulo de horas a serem compensadas nos períodos de redução da produção). O governo usou tal acordo para regulamentá-lo na forma de lei em fevereiro de 98.

Também em 1998, o governo aprova o contrato de trabalho por tempo determinado e com redução dos encargos trabalhistas. A burocracia sindical firmou 605 acordos dessa natureza em dois anos (1998 a 2000).

Em dezembro de 98, o Sindicato Metalúrgico da CUT firmou o acordo com a Volkswagen do ABC e Taubaté que previa a redução da jornada com a redução de salário em 15%. Acordo este que foi implantado em outras montadoras.

A terceirização tem sido firmada com o aval da burocracia. São inúmeras as empresas terceirizadas. Os trabalhadores são contratos sem carteira, com salários mais baixos e com jornadas exaustivas.

Nesse momento, a direção do sindicato metalúrgico do ABC está premida pela pressão dos patrões da Volkswagen para reduzir jornada, reduzir salário e demitir em massa. Já apresentou uma contra-proposta (não aceita pela multinacional) que também previa demissão e redução salarial. Certamente, aceitará perdas para os operários.

Esses exemplos servem para demonstrar o quanto a burocracia reformista está comprometida com a destruição dos direitos trabalhistas.

A desagregação do capitalismo impõe a eliminação de conquistas históricas da classe operária

Na época do capitalismo concorrencial, na Europa, a classe operária fez aprovar algumas leis contra a exploração desenfreada (jornada de trabalho de 8 horas, proteção do trabalho das mulheres e crianças etc). Tratava-se de um período em que o capitalismo estava em ascensão e podia conceder benefícios (embora limitados) aos trabalhadores. Mais tarde, com as lutas internas, a burguesia dos países semicoloniais tiveram de assumir as conquistas internacionais da classe operária. Esse momento já se passou. Agora, vivemos a etapa de desagregação do sistema capitalista, onde a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção monopolizadas foram levadas às últimas consequências, gerando superprodução, guerras comerciais interimperialistas, desemprego em massa e barbárie social. As potências imperialistas procuram descarregar a crise sobre as nações semicoloniais, através do intervencionismo econômico (medidas neoliberais) e intervencionismo bélico (a exemplo da guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão. Nessa condições, a burguesia está obrigando a arrancar os direitos trabalhistas que tinham sido assegurados no passado.

A destruição dos direitos trabalhistas faz parte da reação burguesa diante da decomposição de seu sistema de explo-

ração do trabalho. A eliminação de anti-gas conquistas tem sido praticada também nos países imperialistas, a exemplo do contrato de trabalho por tempo determinado, quebra do seguro-desemprego etc. Porém, são nos países atrasados que concentram a maior destruição dos já poucos direitos sociais.

Os trabalhadores estão sob a influência e direção de burocracias sindicais traidoras. O fato da CIOSL (Central sindical pró-imperialista mundial) exercer seu domínio sobre a maioria dos organismos dos trabalhadores tem anulados como instrumento de resistência das massas. A CIOSL colabora com o intervencionismo imperialista tanto econômica quanto bélico. No Brasil, a CUT se aliou à CIOSL. Aplica, portanto, a linha política do sindicalismo mundial sob influência da burguesia imperialista.

A luta pelos direitos trabalhistas depende da ação direta

Funcionários da Educação – São Paulo

Governo bate e a diretoria do sindicato aceita

O governo/PSDB tem feito um duro ataque ao funcionalismo público, só pensa em cumprir as metas escritas pelo Banco Mundial/FMI, que é cortar gastos com a folha de pagamento, para isto tira os salários e o emprego de centenas e milhares de trabalhadores. No setor administrativo da educação este ataque é brutal, conta com a ajuda de toda a burguesia, da Igreja e setores do reformismo.

O que está acontecendo.

- Um déficit de 29 mil funcionários, reconhecido pelo governo e publicado em Diário Oficial

- Implementação de um plano de carreira apenas para o Quadro de Apoio Escolar, excluindo o Quadro de Servidores da Educação. Mesmo para o QAE, o plano de carreira não passa de uma farsa e retira direitos como no caso da remoção, quem decide é o governo.

- Faz contratações pela Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), com salários de 190,00 reais.

- Contrata frentes de trabalho por 190,00 reais sem nenhum vínculo empregatício, por 9 meses, em que os trabalhadores são obrigados a fazer todo o trabalho que as direções de escolas man-

O governo dispõe de duas táticas para garantir êxito no propósito de destruir conquistas sociais. Em princípio procura negociar com a burocracia sindical na tentativa de cooptá-la, evitando assim a resistência por parte dos trabalhadores. Sempre procurando ganhar tempo para que os explorados sejam pegos desorganizados. Outro mecanismo é não impor as medidas todas de uma só vez, para que não haja uma rejeição de conjunto, a exemplo a alteração do artigo 617 e depois de todo o ponto 7 da Constituição. O recurso da aprovação à força é usado após esgotadas as negociações com as cúpulas dirigentes. É claro aí vale tudo: cargos e dinheiro a rodo aos parlamentares.

Aos trabalhadores só há uma tática para enfrentar essa ofensiva governamental sobre o emprego, salário e conquistas sociais: a ação direta. E, por isso, têm de derrotar o obstáculo que é a burocracia e colocar os organismos dos assa-

darem (pintura da escola, manutenção no setor elétrico, levantar muro etc.). Se a escola não tem funcionários servidores as direções colocam o pessoal da frente de trabalho para cumprir as funções destes.

Em certas regiões quem contrata os funcionários são empresas terceirizadas (exemplo diretoria leste 2). Em outras escolas quem substitui são os Amigos da Escola, Parceiros do Futuro, trabalho voluntário feitos pelas Igrejas etc..

Aí está a política governamental destruição total do funcionário da educação.

A sem-vergonhice sem limites da Diretoria do Sindicato (AFUSE)

Diante deste quadro qual a resposta da diretoria (dirigida pela PT/Articulação)?

A diretoria utiliza o argumento de que nossa categoria tem "ganhos", pois "conquistou" (segundo eles) um plano de carreira, que a não ser o magistério, nenhuma outra conseguiu. Diz que não é possível, neste momento, fazer um ato, uma manifestação porque assumiu um compromisso com a Secretaria da Educação em não parar as atividades, para manter as negociações das migalhas oferecidas pelo go-

lariados (sindicatos, central) a serviço do combate sem trégua à política neoliberal.

O problema está em que o governo e a burguesia agem centralizadamente contra a vida dos explorados e estes (em função da política da burocracia sindical) têm privilegiado a via institucional (parlamentar-eleitoreira) e as reações (quando ocorrem) (manifestações, greves etc) comparecem de forma dispersa/fragmentada, facilitando a repressão por parte do governo e do patronato. Essa conduta tem de ser eliminada do seio das massas para que o instinto de classe dos trabalhadores possa ser potenciado em luta política contra a burguesia e seu governo.

A tarefa de construção das frações revolucionárias nos locais de trabalho apoiadas no programa e método de luta da classe operária se impõe como necessidade urgente para defender a vida das massas oprimidas contra a ofensiva do capital.

verno. Para o QSE, nem mesmo as migalhas o governo quer oferecer.

Esta diretoria é aquela que fala contra as greves do funcionalismo, é que dá as costas aos problemas vividos pelos trabalhadores na escola, são incapazes de fazer até mesmo uma nota de denúncia diante de tanta opressão e exploração. Isso por que sua política é a de conciliar e agradar o governo para tentar angariar "qualquer coisa", por mínima que seja, e se dizer vitorioso.

O que fazer?

Para unir a classe, devemos levantar as nossas reivindicações básicas, exigir do sindicato que monte uma pauta e apresente para o governo aquilo que votamos em Congresso:

- Salário mínimo real
- Diminuição da Jornada de trabalho
- Funcionários para suprir todas as necessidades da escola (concurso público e efetivação daqueles que já trabalham)
- Unidade com o funcionalismo conta o governo FHC/Geraldo Aclikimin/FMI
- Exigir convocação imediata de uma Assembléia Geral para que possamos decidir e avaliar os métodos da diretoria do sindicato e a postura do governo.

Rondônia

34º Congresso Regional da UBES

O Congresso regional da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) é preparatório para o nacional. Participamos de uma das mesas de debates sobre a conjuntura internacional e nacional. A proposta de tese da Corrente Proletária Estudantil levanta os seguintes pontos:

A condenação da guerra imperialista dos Estados Unidos contra o Afeganistão. Trata-se de uma guerra de uma potência imperialista contra uma nação oprimida, país pré-capitalista e extremamente pobre. Os Estados Unidos, desde que passaram a ocupar posição hegemônica mundial, expandiram o poderio militar, intervieram econômico-militarmente sobre as semicolônias e realizaram toda sorte de conspiração terrorista no mundo. Os tralhadores devem se colocar do lado da nação oprimida contra a guerra imperialista. A constituição de uma frente única antiimperialista, sob a base da estratégia e do método de ação da classe operária, é uma das tarefas fundamentais de todos aqueles que se reivindicam da luta de classe e da revolução proletária.

Vivemos a época de desintegração do sistema capitalista. As contradições entre as forças produtivas e as relações e produção monopolizadas se aguçaram e potenciam as guerras comerciais interimperialistas. A ofensiva econômica e bélica das potências sobre as nações atrasadas provocam o crescimento da barbárie social (desemprego em massa, fome a mais de 1/3 da humanidade).

Os tralhadores têm reagido à opressão nacional e social. As manifestações contra a guerra imperialista no Paquistão, Indonésia, Iraque etc revelam o ódio das massas contra o saque imperialista e a guerra contra o povo afegão. Mas, os atos contra a "globalização" têm se revelado incapazes de potenciar as ações diretas. Estão sob a orientação dos partidos reformistas e dos "ambientalistas", que defendem a humanização do sistema capitalista apodrecido.

A necessidade da construção do partido revolucionário (expressão política da IV Internacional). A ausência desse instrumento tem contribuído para as direções reformistas e estalinistas se oportunistarem do descontentamento das massas tralhadoras. Esse é um obstáculo para a luta contra o sistema capitalista e pela implantação de uma sociedade sem exploradores e explorados.

O Brasil sofre os efeitos da aplicação do Plano Real (neoliberal). Cresceu o desemprego, a fome, o analfetismo, o país se em-

pobreceu mais ainda e se tornou mais submisso às potências imperialistas. O reformismo petista se aproveita da situação e, demagogicamente, defende promessas eleitorais de erradicar a fome e a miséria de milhões e brasileiros.

A burocracia sindical tralha para conter a luta de classe. A política coloracionista com o governo permitiu que este impusesse sem resistência nacional unificada o Plano Real. Mesmo assim, foram inúmeras as greves nesse ano. Greves heróicas (de meses) das Universidades federais, previdenciários e judiciários de SP. O MST continua ocupando terras, saqueando e manifestando nas ruas contra o governo e os latifundiários. No entanto, a prática das lideranças destes movimentos impedem que estas lutas se convertam em lutas unificadas, consolidando a necessária greve geral em todo o país.

O governo impõe a reforma privatista do ensino, resultando no sucateamento da escola pública, demissões, arrocho salarial etc. No Estado de Rondônia, o governo Bianco segue a política de FHC/FMI. Demitiu de uma só vez, em janeiro de 2000, quase 10 mil servidores públicos, sendo cerca de 4000 da educação. Impõe o terror do desemprego sobre mais de 30 mil pessoas e outras milhares deixam de ser assistidas pelos serviços da saúde e educação.

O movimento estudantil vem sendo conduzido pela política do estalinismo e reformismo petista. O que ocorre no movimento estudantil no Estado de Rondônia não é diferente. A União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) se encontra nas mãos dos militantes do PDT. A União Regional dos Estudantes Secundaristas (URES) também pelo PDT e aliados com o PFL. O que quer dizer que está totalmente integrado com o governo Bianco (PFL) e municipal com Camurça (PDT). Os organismos dos estudantes não estão independentes dos partidos burgueses. Por sua vez, os grêmios seguem o mesmo caminho. Basta dar uma olhada nos jornais dos diversos grêmios e prestar atenção nos patrocinadores. O patrocínio vai do PFL ao PT e às empresas.

Nesse sentido, a Corrente Proletária Estudantil chama os estudantes a romperem com essa linha política e se colocarem pela construção dos grêmios de luta. Defenderem as assembleias soberanas, os congressos de base e democráticos e a se posicionarem integralmente contra o governo, aplicador das medidas neoliberais. Portanto, a lutarem pelo programa da revolução proletária.

O povoamento do Piauí

O povoamento do Estado piauiense está diretamente ligado à migração de paulistas (bandeirantes/ mamelucos) e colonos livres que adentraram suas terras pelo rio Parnaíba, como já se disse. Como também o fato de que, na segunda metade do século XVII, estes grupos viviam exclusivamente ao pasto abundante oferecido pela região. Desde

então, a idéia afirmada por alguns escritores piauienses é a de que esses recém-chegados consistiam mão-de-obra suficiente para suprir a demanda da nova atividade, que era a criação de gado bovino.

Assim, a primeira coisa a fazer era expulsar ou exterminar, caso oferecessem resistência, os nativos da região. E

segundo relatos, esses invasores limpavam totalmente a área da presença de índios, ao ponto de se afirmar que os traços étnicos do piauiense se diferenciavam por se tratar de um tipo mais homogêneo, sem a presença do indígena na mestiçagem em formação. O autor Renato Castelo Branco irá afirmar em sua obra: *O Piauí, a terra, o homem e o*

meio (1970) que: "Seus descendentes remotos são netos dos sertanistas baianos e dos bandeirantes paulistas que, enquistados no vale do São Francisco, aí se desenvolveram, bravos e autônomos, como uma raça de cruzados. Em seu isolamento étnico, cedo se cristalizaram – a exemplo dos antigos paulistanos – em um tipo racial definido, que novos cruzamentos não vieram perturbar. Entregues à atividade rude do pastoreio, criaram-se fortes e destemidos, dando origem a uma sociedade livre, move-dição e varonil(...)"

Assim como a colonização, o povoamento piauiense também se iniciou do sul para o norte, da região mais remota para o litoral, porque seguia as instalações das fazendas bovinas, que atraíam

muitos outros migrantes.

Toda a vida social no Nordeste setentrional (Piauí e Maranhão) girava em torno desta, assim como no Nordeste açucareiro, tudo girava em torno do engenho até o período da abolição da escravidão. A população piauiense tinha relação direta com o número de fazendas instaladas. Neste sentido, já na primeira metade do século XVIII estava assentada a base demográfica e econômica do Piauí. Mas o Piauí cresceu com a ajuda dos migrantes do litoral e da bacia do São Francisco. A contribuição do português foi mínima.

O Piauí foi povoado por mestiços, em especial mamelucos. Contudo, os dados

oficiais mostram que a população do Piauí cresceu rapidamente. Em 1697, eram 483 habitantes, já em 1762 eram de 12.764; trinta anos depois eram mais de 50.000 habitantes, segundo NUNES (1963). As fazendas ocuparam milhares de quilômetros a margem do Parnaíba, dizimando as tribos guerreiras, possibilitando aos fazendeiros assumirem o papel de *senhor* nos arredores de sua fazenda. O isolamento entre as fazendas, e a distância entre elas era de até 20 léguas, além de que não havia estradas ligando-as entre si. Tais fatos induziram alguns autores a afirmar que a colonização piauiense foi marcada por individualismo e isolamento de senhorios e camponeses.

Professores municipais de São Paulo protestam contra corte de verba pelo governo do PT

O sindicato dos professores municipais de São Paulo convocou para uma manifestação contra a política da prefeitura petista em relação à educação. A direção estalinista (PCdoB), que apoiou eleitoralmente Marta Suplicy, faz agora demagogia em torno das falcaturas da prefeita na aplicação dos recursos para a educação. O ato serviria de pressão para que projeto de redução de recursos seja rejeitado na Câmara e Vereadores. Trata-se da política de canalizar o descontento dos trabalhadores para via institucional (parlamentar). O POR participou denunciando a política do reformismo petista no governo e o ato distracionista do sindicato. Publicamos abaixo o boletim distribuído na manifestação:

Não aos cortes de recursos à educação

Não ao assistencialismo eleitoreiro do PT

Defender nas ruas a escola pública contra as medidas sucateamento e privatização

As prefeituras petistas aplicam a política de FHC/ FMI, arrojando salários, cumprindo em dia o pagamento da dívida pública, impondo o "trabalho voluntário", a exemplo do que ocorre na

secretaria de Esporte de São Paulo. Veio à tona, também, denúncias de irregularidades na contratação de empresas sem licitação. Segue, portanto, o mesmo caminho de outros partidos burgueses.

Em São Paulo, o quadro das escolas é de baixos salários, salas superlotadas, falta de professores e de terceirização de merenda. Soma-se a tal situação o projeto enviado à Câmara, que altera o artigo 208 da Lei Orgânica do Município, visando a reduzir as verbas da educação de 30% para 25%. Segundo a prefeita, os 5% não serão retirados da Educação pois serão investidos em uniformes, transporte escolar, bolsa trabalho, renda mínima etc. Pura demagogia eleitoreira!

Por outro lado, temos a direção do SINPEEM, que não organiza a mobilização coletiva da classe. A razão está no fato de que essa direção (PCdoB) está comprometida com a governabilidade da administração petista. Aplica a mesma linha política do reformismo petista: ilusão no Parlamento, os inócuos abaixo-assinados, aerogramas etc. Essa via pacifista (de não-enfrentamento com o governo petista) tem nos levado a derrota.

A diretoria do sindicato convoca, mais uma vez, a participação de todos os envolvidos com a educação para "sensi-

bilizar" os vereadores a votarem contra o projeto. No entanto, sabemos que o que "sensibiliza" os vereadores são as barganhas, os "favores" em troca de votos e cargos. As denúncias do que ocorre na Secretaria de Assistência Social atestam tal política de "toma cá e dá lá".

Nesse sentido, para defender a escola pública, reajuste salarial, fim da superexploração do trabalho, mais escolas etc é preciso rechaçar a política que vem sendo imposta pela direção do SINPEEM. É necessário aprovar a linha de combate direto ao reformismo petista da prefeitura de São Paulo. As lições que estão sendo dadas pelas heróicas greves das Universidades federais, previdenciários e judiciários servem de exemplos de disposição de luta e de defesa dos serviços sociais. Não há outro caminho senão o enfrentamento com aqueles que aplicam a política neoliberal de destruição do ensino gratuito.

Não aos cortes de recursos à educação! Não ao assistencialismo eleitoreiro da prefeitura petista! Rechaçar a política da direção do SINPEEM! Lutar nas ruas contra a reforma privatista da educação! Defender a escola única (único sistema de ensino, estatual e sob o controle dos trabalhadores), laica, gratuita em todos os níveis e vinculada à produção social.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (71) e o processo de abertura logo a seguir (77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem de se readaptar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Aqui se discute sobre a questão de como a militância deve expor o programa aos contatos.

Manual do Organizador Como Expor o Essencial do Programa

Finalmente nos esforçaremos para dar um exemplo da essência do Programa partidário de forma sintética. Este resumo pode ser exposto a contatos e também a simpatizantes e em todas as vezes que precisamos explicar as posições poristas.

O POR é a vanguarda organizada da classe operária (a que recebe salário pela venda de sua força de trabalho: mineiros, operários das fábricas etc.). Seu objetivo final (estratégico): a revolução proletária e o governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

A Bolívia é um país capitalista atrasado, submetido à opressão imperialista, que é exercida sobre toda a nação. Por esse motivo (o atraso) a classe operária é minoritária e não pode fazer sozinha a revolução; está obrigada a se colocar como direção dos setores mais amplos da sociedade, particularmente os camponeses; de expulsar o imperialismo e de destruir a reação *criolla*, atuando como direção da nação oprimida. A classe operária no poder se apoiará diretamente nos camponeses e nos setores mais amplos e miseráveis da pequena-burguesia, por essa razão é que damos o nome de governo operário e camponês à ditadura do proletariado.

O POR trabalha sistematicamente para ganhar os setores majoritários do país para o programa da revolução proletária e coloca na base de seus planos a aliança operária e camponesa (os camponeses seguindo a direção da classe operária). Para isso, é preciso libertar os camponeses da tutela de caciques corrompidos e de burgueses reacionários (civis ou militares).

A ditadura do proletariado (governo operário e camponês) será, e pela primeira vez em toda nossa história, uma verdadeira e ampla democracia para a classe operária, para os camponeses e para os setores mais amplos da pequena-burguesia, e ditadura (não vigência das garantias democráticas) unicamente para os ex-

ploradores e agentes do imperialismo.

A classe operária no poder começará realizando as tarefas democráticas não cumpridas (liquidação da exploração pré-capitalista no campo, industrialização, ampliação do mercado interno, unidade nacional, libertação do imperialismo etc.), de forma tão radical e completa que podem se transformar em socialistas. A sociedade sem classes é a finalidade da classe operária. Não somente cumprirá a fundo as tarefas democráticas, como, desde o primeiro momento, adotarão as medidas socialistas necessárias.

A revolução começará dentro das fronteiras nacionais, mas de forma isolada não poderá chegar ao socialismo e nem sequer resolverá as dificuldades emergentes do próprio projeto de transformação do país. Para que isso seja possível a revolução terá de projetar-se para o plano internacional, quadro indispensável para a efetiva derrubada do imperialismo e para a consumação real de libertação nacional. O proletariado não somente se apoiará em suas próprias forças, mas que se potenciará com os avanços do processo revolucionário internacional. A classe operária dos diferentes países, uma vez alcançada a vitória, estará chamada a estruturar os Estados Unidos Socialistas da América Latina, cenário no qual encontrarão soluções naturais para muitos problemas nacionais, como o da mediterraneidade, por exemplo.

Os métodos da luta do POR são os métodos próprios da classe operária, da revolução proletária, e em cuja base se encontram as profundas mobilizações das massas e as ações diretas. Quando nos utilizamos dos métodos das outras classes (o parlamentarismo burguês, por exemplo) lhes imprimimos projeções que não podiam suspeitar, pois as subordinamos à ação direta. O alicerce de nossas grandes finalidades e dos passos diários que damos neste sentido estão baseados na independência de classe (classe com idéias, organizações e métodos próprios). O proletariado em nenhum caso deve perder seu caráter de direção revolucionária, isto se aplica no campo eleitoral, por isso devemos ter muito cuidado ao trabalhar neste aspecto.

O proletariado vencerá sob a condição de ser realmente o dirigente da nação oprimida, o que pode conseguir aglutinando todos os explorados, as massas em geral, sob a direção operária. Esta tática se chama Frente Única Antiimperialista.

Resumo: Nossos objetivos são a revolução e ditadura proletária e os Estados Unidos Socialistas da América Latina. Nossa tática: a Frente Única Antiimperialista dirigida pelo proletariado. Nossos métodos, os da revolução proletária (mobilizações e ação direta das massas).

Claro que este resumo deve ser ampliado em certos aspectos e sintetizado, ainda mais em outros, dependendo das características dos contatos.

Resumo das obras de Guillermo Lora

Apresentamos a seguir um resumo dos livros das obras completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicá-las à sociedade.

Volume XX (1970)

Neste tomo foram transcritos as partes da coletânea "História do Movimento

Operário Boliviano" referentes aos anos de 1923 a 1933, nele é discutida a grande luta ideológica, nos primeiros Congressos Operários (1921/30). Mostra também como se desenvolveram o anarquismo, os socialistas, os estalinistas e o marofismo (corrente que fundou Marof um dos fundadores do POR Boliviano).

Contêm também um histórico sobre as primeiras as leis sociais.

Volume XXI (1970)

Aqui, foram transcritos as partes da

coletânea "História do Movimento Operário Boliviano" referentes aos anos de 1933 a 1946. São mostradas as atividades do movimento operário e dos grupos socialistas no período imediato ao término da guerra do Chaco, a revolução de maio de 1936 e a instauração do "socialismo militar", a formação da Confederação Sindical dos Trabalhadores da Bolívia, a vida dos operários nas minas e o Massacre de Catavi (1942), o golpe de Estado de dezembro de 43, a formação da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, as Teses de Pulacayo.

Balanço das Eleições: Rechaço Massivo à Politicagem Burguesa

O repúdio popular à politicagem, o chamado "voto protesto" que se expressou através da não ida às urnas, votando em branco ou anulando o voto, foi o grande ganhador das eleições.

A politicagem burguesa sofreu um duro golpe, como assinalou toda a imprensa patronal. É uma crise de representatividade. Até os candidatos mais votados têm sua legitimidade impugnada quando são reveladas as parcas porcentagens que alcançaram.

Para que acreditem que existe democracia convocam a cada dois anos eleições. Mas além disso é necessário que votem neles!

Quase 50% das pessoas com direito a voto deu as costas à farsa democrática, e todos os engodos como o de "castigar com o voto, de que "temos alternativas de todo tipo para votar", de que o "voto é um compromisso com o país, não anule", sobre a "obrigação cristã de votar", chantageando com "o que custou conquistar o voto", dizendo que a direita "impulsiona o voto em branco e a anulação", "que é fazer o jogo dos golpistas" e outras besteiras do tipo que disseram para pressionar a população que foi votar em algum candidato.

Também foi importante o crescimento da esquerda eleitoralista, que conseguiu colher um percentual mais elevado que nas eleições anteriores.

O rechaço à politicagem não tem nada de passividade ou de se negar a participar. Este resultado expressa, com as limitações sobre o que significa um ato eleitoral, um processo profundo que se vem desenvolvendo no seio das massas no último período e que os impulsiona a se organizarem em assembleias populares, em congressos piqueteiros, "Câmbios" Abertos (grandes reuniões populares em que se discute e se delibera a resolução dos problemas apresentados), organizações de base, a ocuparem as rodovias e ruas, a fazerem greves e manifestações massivas, com piquetes multitudinários, ocupações de colégios e universidades etc.

Processo que seguirá crescendo incentivado pela debilidade da burguesia totalmente submetida ao imperialismo, paralisada, que ensaia uma vez ou outra planinhos econômicos que vão fracassando um após o outro.

O Partido Justicialista (peronista) quer aparecer como vencedor, ainda mais porque perdeu mais de 1 milhão de votos sobre o resultado das eleições passadas. Duhalde pode se desviar um pouco do castigo apresentado como inimigo do modelo que ele sustentava quando foi vi-

ce-presidente de Menem e governador da Província de Buenos Aires.

Os maiores derrotados são De la Rúa e seu Governo, principalmente sua política econômica que é continuação da de Menem e nos colocou nesta situação terrível que nos encontramos hoje.

São insignificantes as votações dos oficialistas, daqueles que se empenharam em defender a política atual. O Partido de Cavallo, que buscou se aliar em cada distrito com o melhor candidato, também acabou esmagado.

As mesas de votação não podiam ser constituídas por falta de mesários, 70% dos convocados se recusaram a assumir qualquer responsabilidade eleitoral, muitas delas foram constituídas pela imposição às pessoas que chegaram para votar de assumir a função, vários foram presos por se negarem.

Todas as ações de boca de urna foram pequenas. Indicando a pouca disposição militante para sustentar a chamada ao voto.

As ilusões democráticas estão corroidas. Uma boa parte da população não acredita hoje que poderá haver mudança através do voto ainda que se tenha 20 frentes de todas as cores para se votar.

Não é um castigo para a "classe dos políticos" como se diz. Os políticos não são uma classe. Mas um castigo para uma política de classe. Para uma política burguesa que se baseia no engano sistemático dos cidadãos, com promessas de que tudo será melhor, para logo após conseguir os votos, servir aos interesses da minoria mais antinacional.

É um castigo para os partidos que liquidaram no parlamento as todas as leis que beneficiavam os trabalhadores e a Nação.

É este regime político podre imerso na corrupção e na impunidade que é repudiado. O povo disse basta! Basta de mentiras! Basta de farsa! Basta de enganos! Basta de roubos!

Esta desilusão que cresce tem como seu complemento o crescimento na confiança em suas próprias forças, na ação direta das massas, nos piquetes, nas mobilizações, na greve.

A mensagem das urnas é que nós revolucionários devemos dar expressão consciente, devemos ser um fator de organização e dar impulso a esta tendência que objetivamente questiona um dos pilares do regime de dominação.

O rechaço de toda podridão política burguesa não deve ser entendido de forma mecânica como se já existisse massivamente uma compreensão consciente de que

pela via eleitoral não se resolvem nossos problemas, de que as eleições são parte da instituição da classe burguesa etc. Este é um trabalho que deve ser realizado.

Em geral a esquerda eleitoralista trabalhou em sentido contrário, fez todo possível para reforçar as ilusões sobre os benefícios do voto, não disse uma palavra sobre o caráter de classe das instituições, nem que devemos combatê-lo. Tudo isso para que pudessem receber uma parte dos votos de protesto.

Também não nos esquecemos que estas eleições foram para membros do congresso, o que agrega ainda mais um fator de desvalorização política, por isso não podemos dizer que este fenômeno seja reproduzido nas próximas eleições presidenciais.

A mensagem das urnas é que a grande maioria da população rechaça a política que se está aplicando. Apesar disso, o governo antinacional seguirá empenhado em fazer cumprir as exigências de uma minoria parasitária e usurária que acaba com todas as riquezas e o produto nacional.

O POR entrevistou com um voto programático, consciente ao redor das principais reivindicações da classe operária e das massas e com a perspectiva estratégica da revolução social.

Fazemos um chamado a esta camada da vanguarda que luta e que foi desviada nas últimas semanas para o terreno eleitoralista a tirar todas as conclusões da política democratizante de suas organizações e a se preparar para um próximo período de maior radicalização da luta de classe que exige definir com toda nitidez qual é a perspectiva estratégica revolucionária que corresponde desenvolver. Não se trata de exigir a queda de um ministro ou do presidente, ou de pedirem a mudança do modelo.

O governo derrotado, que já não tem nada a perder no terreno do respaldo eleitoral. Depois que perdeu milhares de votos e destruiu a Aliança que o levou ao governo, com índices baixíssimos de apoio popular, o governo mais débil da história como afirmam os jornalistas, se apressa a levar adiante outro sangrento ajuste para satisfazer as exigências do capital financeiro internacional. Estes sim são os que mandam, são os que decidem, são os donos desse país, não importando em quem se vote. Até que as massas se levantem de uma vez e ponham as coisas no seu lugar através da revolução.

(extraído do MASAS argentino n.º 159, de 26 de outubro de 2001)

Argentina mergulha em crise sem perspectivas

O novo pacote econômico do governo De La Rúa, anunciado no início do mês, teve o efeito contrário ao esperado: explodiu a taxa de desconfiança em relação ao país e acelerou a crise.

O conteúdo do pacote é o reconhecimento da incapacidade da Argentina em saldar seus compromissos com os credores e a necessidade de frear a recessão.

Primeiro, o pacote abarca a reestruturação da dívida pública, de 132 bilhões de dólares. Pretende emitir um bônus para renegociar os títulos, com juros a 7% ao ano (hoje são de 11%), com dois anos de carência. Na prática, trata-se de uma moratória, pois se pretende não pagar nada nesses dois anos, e ainda juros menores a partir disso. Tudo indica que essa reestruturação da dívida ocorrerá primeiramente em nível interno, para depois buscar apoio externo. A garantia de pagamento desses bônus seria a própria arrecadação de impostos. Essa medida economizaria 4 bilhões em juros no ano de 2002.

A outra medida é um conjunto de incentivos fiscais para impulsionar a economia, principalmente a redução de

imposto de valor agregado em alguns setores.

Trata-se de um pacote que tem como essência a constatação da impossibilidade de manter o grau de sangria da economia em retrocesso. Pede-se aos credores que tenham paciência, reduzam um pouco os lucros e esperem que a economia dê condições ao parasitismo. Como garantia, oferece-lhes a totalidade da arrecadação de impostos, que ultrapassa qualquer meta neoliberal de corte de gastos para sustento de parasitismo financeiro.

Os credores ainda não viram qual a reação dos governos das províncias às medidas de cortes de verbas federais. Disso depende a meta de déficit zero que o governo acertou com o FMI. Fracassado esse ponto, então virá a desvalorização do peso e as conseqüências são imprevisíveis. Daí a desconfiança do mercado, apesar da aparentemente gorda garantia de tomar a totalidade da arrecadação dos impostos.

A desvalorização do Real frente ao dólar criou dificuldades extras para a Argentina. O mercado argentino expor-

ta um terço de tudo o que produz ao Brasil. Só que a desvalorização do Real multiplicou os preços dos produtos argentinos por quase três. A Argentina tem reivindicado vantagens compensatórias, que em parte o Brasil tem atendido. Mas a crise tem aprofundado a desintegração do Mercosul, que mostra a impossibilidade de um bloco atrasado frente às pressões do imperialismo.

As tendências da crise argentina apontam para um colapso da economia. As massas reagem nas ruas por todo o país, mas carecem de uma direção revolucionária. O POR argentino é embrionário. A direção peronista (burguesa) ainda é majoritária no movimento sindical. A direção reformista (Frepasso) está completamente desgastada, por integrar o governo pró-imperialista de De La Rúa.

A luta para por em pé a Frente Única Antiimperialista é a tarefa mais urgente do POR argentino, a fim de organizar a luta antiimperialista e anticapitalista. A saída da crise argentina só é possível pela via da revolução proletária.

Um mês de guerra

Com o passar dos dias, os promotores da guerra esperam que os bombardeios sobre o Afeganistão deixem de causar comoção e revolta na parcela mais atenta e politizada da população mundial. Espera-se que o dia-a-dia e o controle da imprensa torne a dramaticidade da guerra algo distante.

A impunidade com que a potência norte-americana tem devastado o que restava de ruínas do Afeganistão deve continuar imperturbável. As manifestações iniciais em várias partes do mundo contra os ataques foram simplesmente desprezadas pelos senhores da guerra. Entretanto, não tem sido possível acobertar o resultado de um mês de ataque maciço.

Toneladas e toneladas de bombas não poderiam atingir apenas o que se denomina alvos militares. A guerra é contra a população, que debaixo da chuva de mísseis, noite e dia, não tem como se defender. Fica evidente que não há guerra que não seja contra um povo

como um todo.

A burguesia procura esconder, sob o véu da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, que numa guerra não há "vítimas inocentes". O objetivo de guerra dos Estados Unidos, para destruir a defesa dos Talebans, implica liquidar parte da população. Foi o que aconteceu na guerra contra o Iraque, em que milhares de mulheres, crianças e velhos foram abatidos. É o que o Secretário de Defesa norte-americano denomina de "efeitos colaterais".

O conselho do Papa, que expressa o lamento de inúmeros governos que apoiam os Estados Unidos, de que é necessário se evitar mortes de "inocentes" é o véu de hipocrisia de quem colabora com a guerra. Os santos e castos, bem como os estrategistas de guerra, apregoam uma guerra céptica. Mas a realidade dos mísseis se impõe inexoravelmente desconhecendo a ideologia humanista do belicismo burguês.

As massas miseráveis, que já padeci-

am da fome, estão sendo esmagadas pelo terror dos bombardeios diuturnos. Em contrapartida, os trabalhadores e a juventude que estão próximos à guerra, como no Paquistão, mostram-se enérgicos contra o imperialismo. As primeiras dificuldades dos militares norte-americanos controlarem o Afeganistão expressam a resistência de um povo temperado nas lutas contra a dominação estrangeira.

De nossa parte, não afastamos um segundo nossos olhos da guerra. Continuamos a defender o povo oprimido contra o imperialismo opressor. O proletariado internacional está chamado a tomar a frente na luta pela derrota do imperialismo. Rechaçar a hipocrisia da paz mundial, sem que seja fruto da revolução social. A luta é para que cesse imediatamente o genocídio norte-americano contra o povo afegão. Fim imediato e sem condições dos bombardeios e da ocupação militar. Autodeterminação dos povos oprimidos. Expulsão do imperialismo.

Afeganistão**Fora o imperialismo genocida do Afeganistão
Constituir uma Frente Única Antiimperialista**

A guerra dos Estados Unidos e seus aliados contra o Afeganistão é uma guerra do imperialismo contra uma nação oprimida. O atentado terrorista de 11 de setembro expôs justamente o ódio nacionalista de organizações que combatem o imperialismo por métodos que não são os da classe operária, não são revolucionários. A resposta militar do governo Bush não faz senão expor ainda mais a ofensiva opressora do imperialismo contra uma nação pobre e oprimida.

O imperialismo é o domínio do capital financeiro, multinacional, que se manifesta não só economicamente mas também pela imposição militar. Trata-se da alta concentração de capitais em mãos de uma minoria de países, que saqueiam a maioria, mantêm-os no atraso e impõem pela força das armas o seu domínio.

O mundo se acha dividido em áreas de influência por esse punhado de países. Os Estados Unidos se destacam por liderar o domínio da economia mundial e sustentar a mais avançada máquina de guerra. O que lhe faculta intervir em toda parte, manter a maioria dos Estados e seus governos sob suas rédeas, influenciar decisivamente na vida interna dos países e assegurar interesses do capital financeiro multinacional contra os da maioria dos povos.

O imperialismo é colonizador. Opõe-se terminantemente à autodeterminação dos povos. As fronteiras nacionais das potências são mantidas a ferro, mas as dos países semicoloniais são violadas quando bem entendem. Essa estrutura e relações desiguais e combinadas formam o capitalismo mundial. Na sua base, está a lei econômica de exploração do trabalho, que resulta em fome e miséria das massas trabalhadoras.

Os países de capitalismo atrasado e saqueados são os que concentram a maior taxa de miséria e fome. A superioridade industrial e comercial das potências lhes permitiram ostentar um padrão de vida diferenciado, mas nunca puderam eliminar o desemprego e o sacrifício de milhões.

Com a crise, Estados Unidos, Japão e Europa se afundam e só podem se sustentar com o recrudescimento do saque imperialista. Não duvidem de que a guerra dos Estados Unidos na Ásia Central tem essa motivação. O capital financeiro exige maior controle das fontes de energia, riquezas minerais, maior abertura dos mercados e maior domínio dos espaços estratégicos. Nenhum movimento de resistência anti-imperialista pode ser tolerado pela burguesia mundial.

A prática terrorista de nossa época, com toda sua incapacidade histórica para derrotar a opressão nacional, nasce dessa circunstância. A "frente antiterrorismo" constituída pelo Pentágono serve de máscara à ofensiva do imperialismo contra os povos oprimidos da Ásia Central e do Oriente Médio. Não é por acaso que a guerra contra o Afeganistão é parte de uma ofensiva bélica do imperialismo, que já vem se processando: guerra contra Iraque e intervenção na guerra civil da Iugoslávia.

Com o avanço da restauração capitalista na ex-União Soviética, China, Vietnã etc, os Estados Unidos ganharam mais força para se imporem nas regiões mais distantes e ampliarem sua geopolítica. Procura-se, agora, recuperar o terreno perdido para as revoluções proletárias, não só colocando tais estados sob a órbita econômica do imperialismo como também estendendo a sua máquina militar.

A OTAN e ONU têm servido de instrumento para essa estratégia. Na guerra contra o Afeganistão, os Estados Unidos atuam por cima dessas organizações e mostram que são apêndices de seu domínio militar. O retrocesso das conquistas revolucionárias, com a estratégia estalinista de adaptação ao capitalismo, permitiu que os Estados Unidos colocassem sob seu comando direto a Rússia e as nacionalidades que compunham a União Soviética, apoiando a guerra, e, com algum disfarce, a China, que se colocou favorável ao ataque. E com o apoio da ditadura Paquistanesa, os Estados Unidos reuniram as melhores condições para levar a cabo os bombardeios genocidas.

É o que vemos: a guerra de Bush é genocídio contra o povo afegão.

Toda propaganda sobre "vítimas inocentes" se esfumaça com o massacre do alto. O que sobra das "vítimas inocentes" são os "efeitos colaterais", que a imprensa controlada pelos satélites norte-americanos não mostra. O imperialismo é barbárie. Os trabalhadores do mundo inteiro, tendo à frente a classe operária, devem sair às ruas sob a bandeira de derrota do imperialismo. Apoiar o levante das massas árabes e muçulmanas que enfrentam o ataque imperialista.

Não se deve iludir com a bandeira pacifistas de "paz mundial", daqueles que colocam no mesmo plano o imperialismo genocida e o terrorismo nacionalista, como se se tratasse de "guerra entre delinquentes". A paz só é possível combatendo o imperialismo com os métodos de luta da

classe operária e com seu programa de sublevação das nações oprimidas (da maioria oprimida) contra os saqueadores do mundo.

É preciso que as massas oprimidas se coloquem incondicionalmente pela derrota imperialista e apoiem a nação oprimida contra a opressora.

É em cada país que a luta antiimperialista se impõe. Não basta prestar solidariedade ao povo afegão e denunciar os verdadeiros genocidas. Trata-se de pôr em pé uma frente única antiimperialista, que reúna os explorados em torno do programa proletário de emancipação nacional e social. Programa que defende a real autodeterminação dos povos.

Nós, povos da América Latina, somos marcados a fogo o domínio imperialista e a capitulação histórica da burguesia semicolonial, incluindo sua fração nacionalista. Nossa bandeira de expropriar o capital imperialista e emancipar-se da opressão nacional está posta pela situação objetiva de desintegração econômica, saque e miséria da maioria. Esta se sintetiza na tarefa histórica de Estados Unidos Socialista da América Latina, unidade socialista que virá com a derrota do imperialismo e das burguesias nativas pela revolução proletária.

Nossa luta contra a guerra genocida e a estratégia militarista do imperialismo na Ásia Central e Oriente Médio é motivo para que a classe operária no Brasil organize a luta antiimperialista sob a estratégia da revolução social e da tarefa de superar a crise de direção mundial, construindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Somente o proletariado com o internacionalismo revolucionário poderá derrotar o imperialismo.

Fora a guerra imperialista

Parar a guerra genocida contra o povo afegão

Abaixo o Estado sionista-racista de Israel

Apoio ao levante antiimperialista das massas árabes e muçulmanas

Frente Única antiimperialista para emancipar os povos oprimidos, sob a direção da classe operária

Soberania e autodeterminação dos povos

Estados Unidos Socialistas da América Latina

Construir o Partido Mundial da revolução socialista (IV Internacional)